

Ricos também têm os seus becos

Em pontos nobres como a Asa Sul, Lagos e Guará, as grades e cercas ocupam cada vez mais áreas públicas

JAIRO VIANA

Os becos de Ceilândia e Taguatinga, invadidos por policiais, não são os únicos ocupados irregularmente no DF. Na área tombada pela Unesco no Plano Piloto, 96 becos entre os conjuntos residenciais das 32 quadras estão invadidos por grades, cercas vivas, alambrados e garagens cercadas. Situações semelhantes acontecem no Lago Sul, Lago Norte e Guará, áreas nobres do DF.

Os moradores incorporam a seu patrimônio parte das terras de uso comum. A invasão se repete nas áreas comerciais, onde os empresários erguem depósitos e varandas, aumentando irregularmente a área útil dos imóveis.

As invasões de áreas públicas surgiram no final da década de 70 e proliferaram desde então. Elas tiveram um grande impulso na década de 90, com a edição de duas leis pela Câmara Legislativa.

A primeira, de autoria do ex-distrital Cláudio Monteiro, permite a instalação de gra-

des e cercas vivas nas áreas verdes dos lotes de esquina e nos becos (as "passagens de servidão"). A justificativa foi de que isso aumentaria a segurança dos moradores.

A segunda, do ex-deputado Geraldo Magela, autoriza a colocação de cercas nos lotes residenciais da Asa Norte.

Escudados nas leis distritais e em liminares, os moradores ampliam as áreas cercadas. Com isso, reduzem os espaços de passagem de pedestres, prejudicam o ordenamento urbano e o projeto urbanístico da cidade.

Mas no início deste mês, por maioria de votos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu um recurso do Ministério Público do DF, proibindo o GDF de conceder termos de ocupação, alvarás de construção e de funcionamento para a ocupação de áreas públicas na Quadra 705 Norte. Por isonomia legal, a medida abrange as outras quadras.

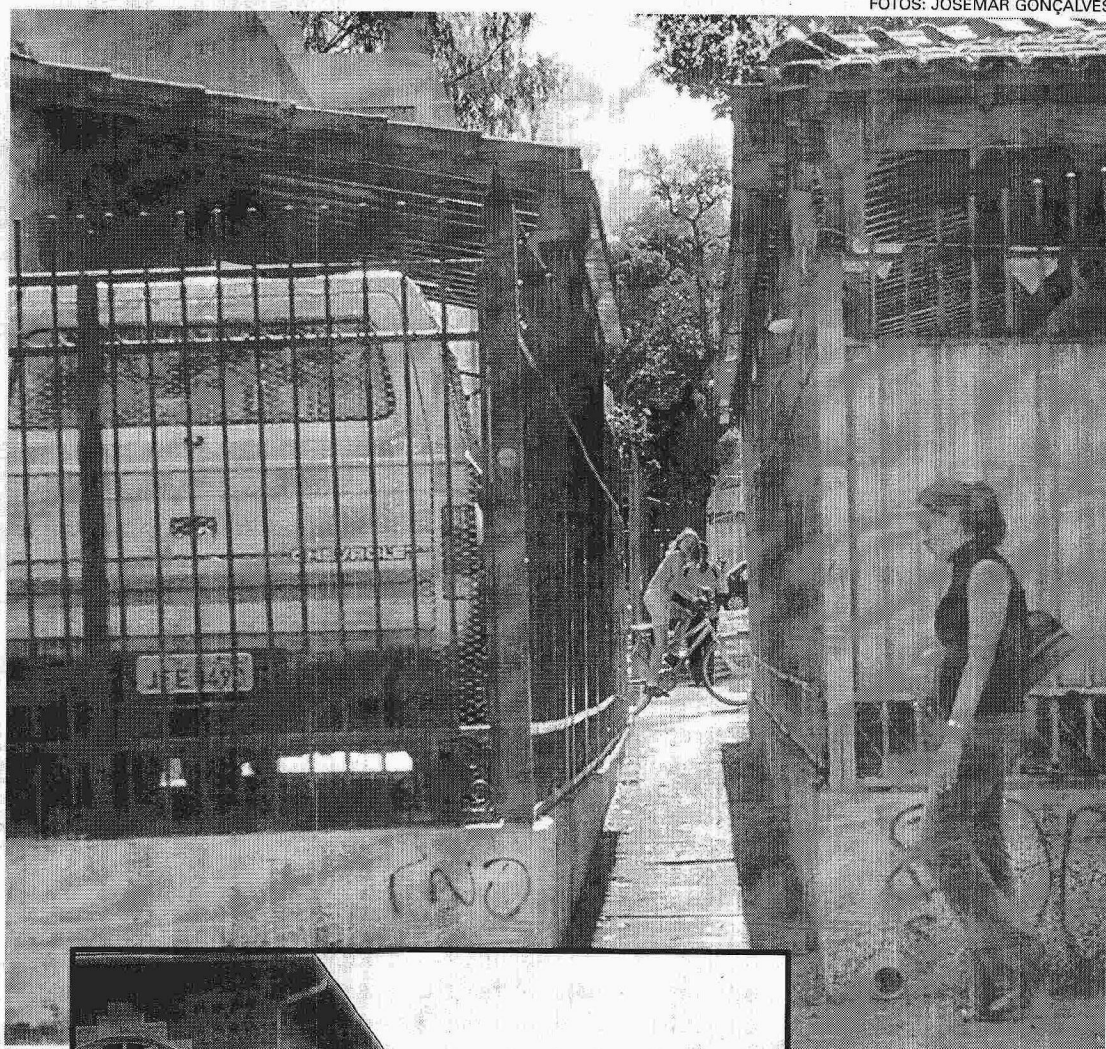
O MP entrou com essa ação contra 38 comerciantes da quadra e contra o GDF, sob o argumento de que o comércio invadia área pública - o que é ilegal, por desrespeitar o Código de Posturas.

O administrador de Brasília, Clayton Aguiar, diz que está fazendo um levantamento completo das áreas comerciais e residenciais invadidas no Plano Piloto. "Vamos identificar as irregulares e elas serão demolidas", garante.

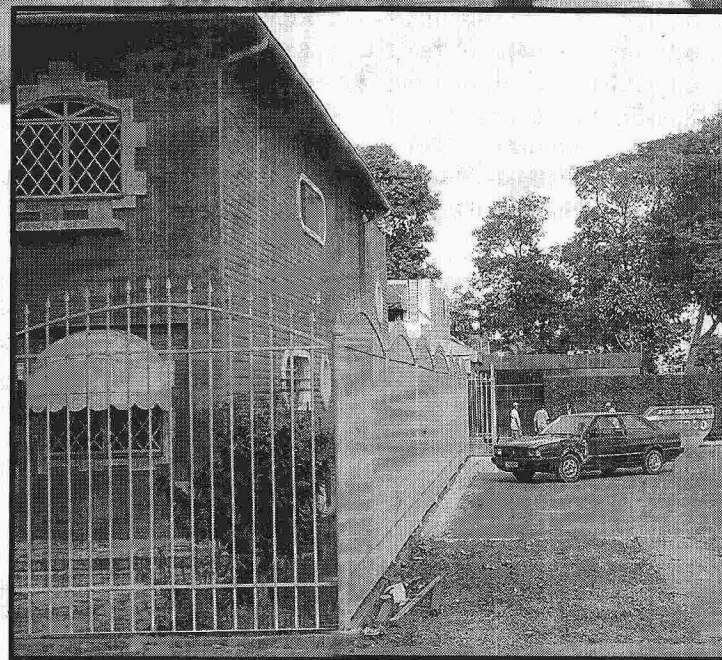
Aguiar explica que existe um estudo, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), visando a uniformizar a ocupação das áreas nos fundos do comércio. "Há um tratamento desigual para os iguais. Uns construíram, outros não podem. Ou tiramos ou autorizamos todo mundo. Precisamos dar uma solução para o problema", defende o administrador.

Ele afirma que a sua intenção é permitir a volta de Brasília ao seu planejamento original.

"Preservar a área tombada foi uma recomendação que recebi do governador Roriz quando assumi a administração. Para isso, a lei é meu limite", argumenta ele.



FOTOS: JOSEMAR GONÇALVES



No Bloco I da 703 Sul (foto acima), as grades deixaram o beco com um espaço estreito demais para os pedestres, que ficam com a circulação bastante prejudicada. Já no Bloco N da mesma 703 (à esquerda), boa parte do terreno que deveria estar livre também foi irregularmente tomada pela cerca, sem que haja providências

Informe Publicitário

Sem o direito de ir e vir

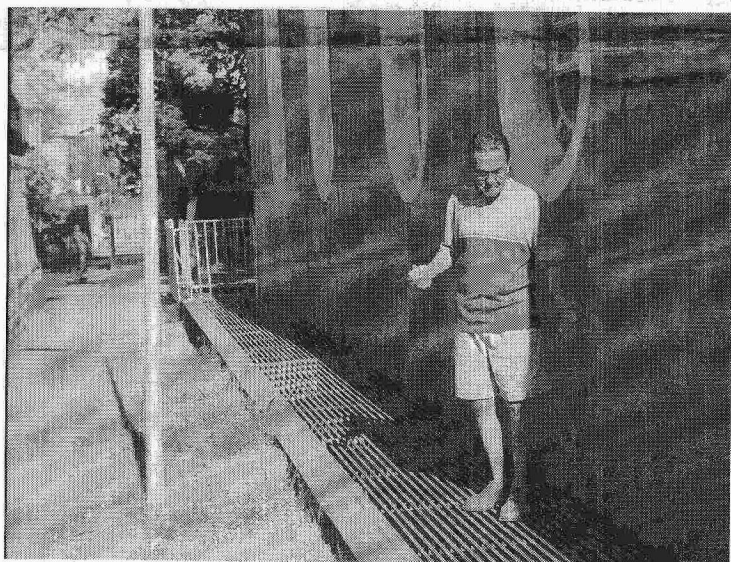
A passagem de pedestres entre os blocos e conjuntos residenciais da Asa Sul é quase impossível atualmente, pois os becos estão intransitáveis. Eles foram invadidos por grades e garagens, o que impede o livre trânsito dos moradores e dos cidadãos em geral.

Os donos dos imóveis deixam um pequeno vão entre um bloco e outro, onde mal dá para passar uma pessoa de cada vez. "Nosso direito de ir e vir, garantido pela Constituição, está cerceado. Quando chove, não conseguimos passar pelo beco estreito com o guarda-chuvas aberto", reclama C.A.C., moradora da 703 Sul, que pede para não ser identificada. A situação é idêntica em toda a Asa Sul.

As áreas verdes nas esquinas também estão fechadas por grades, pois os moradores alegam que a Lei Cláudio Monteiro lhes permite fechar os terrenos. Mas os donos dos imóveis tomam um espaço de dois metros de cada lado, embora a lei só permita a ocupação de dois metros.

A área pública adjacente à casa de um médico toxicologista, por exemplo, é fechada com muro e cerca viva. "Quando comprei a casa, há 18 anos, já tinha cerca. E qualquer modificação que faço, como a retirada do toldo, comunico à administração de Brasília. Tudo está dentro da lei", justifica o médico, que pede para não ser identificado.

Dono de uma pensão na quadra, que os vizinhos querem retirar, o morador Getúlio Valente sugere que as cercas sejam mantidas apenas nas casas com subsolo, para a segurança dos moradores. "As grades de ventilação instaladas ao lado das residências oferecem riscos à segurança dos moradores. Os pedestres urinam sobre elas, quebram grades para roubar e até jogam fogo nos locais", conta.



Getúlio é a favor de grades como esta, em casa com subsolo

Casa no lugar da ciclovia

As invasões de áreas públicas são mais acintosas no Lago Sul. Na QL 10, por exemplo, a grade de uma casa do conjunto 3 entra no Lago Paranoá e interrompe a ciclovia, construída para preservar a margem da represa. Na QI 11, conjunto 2, o muro de outra casa avança 25 metros sobre a faixa de domínio da Estrada-Parque Dom Bosco.

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, diz que combate essas distorções com rigor. "Notificamos, embargamos e, caso persistam, derrubamos as obras irregulares", assegura.

No caso da QI 11, o dono da construção fez um ajuste com a administração e se comprometeu a demolir voluntariamente a obra.

Outro problema enfrentado pela administração do Lago Sul diz respeito à instalação de cancelas nas guaritas de entrada das QI 27, 28 e 29, que impedem o livre trânsito nas ruas.

"Vamos notificar os moradores sobre a ilegalidade desse instrumento (cancela). Se eles não retirarem, serão multados e em seguida a administração se encarregará de derubá-las", assegura a administradora.

Embora haja problemas, Natanry disse que tem conta-

do com a boa vontade dos moradores para manter o ordenamento urbano. "A QL 12 (Península dos Ministros) é um exemplo de preservação do projeto urbanístico do Lago Sul", argumenta.

No Guará, a duras penas o administrador Heleno Nogueira tem conseguido manter um certo ordenamento.

"Respeitamos as cercas das áreas verdes nos lotes de esquina, como determina a lei. Mas os donos dos terrenos são obrigados a pagar a taxa de ocupação", diz.

Segundo Heleno, nos últimos meses foram demolidos 15 quiosques irregulares em áreas públicas da cidade. Os comerciantes regularmente estabelecidos, por sua vez, pagam uma taxa pela ocupação, e a renda é usada em obras de interesse da comunidade.

No Lago Norte, a última invasão barulhenta foi a que obstruiu a ciclovia perto da Ponte do Bragueto. Por ordem judicial, ela foi demolida.

"Temos quase três mil áreas públicas sob constante vigilância, mas contamos com o apoio da comunidade para fiscalizar", afirma o administrador regional Erivaldo Mesquita. Para isso, segundo ele, o telefone 468-3552, da Ouvidoria da Administração, está à disposição da comunidade.